

Algum consenso sobre a dívida ^{externa}

Ricardo A. Setti

SÃO PAULO — À margem do alarido ideológico e dos interesses nem sempre defensáveis com que a questão da dívida externa dos países em desenvolvimento é tratada, 14 personalidades de diversos países, envolvidas pelo silêncio e os confortos do edifício-sede da ONU às margens do East River, em Nova Iorque, podem ter dado no último fim de semana um passo não desprezível rumo a uma solução razoável para um problema que inferniza há quase uma década as relações econômicas internacionais. Um pequeno passo, em assunto tão hostil ao consenso, chega a ser um progresso. E, mesmo envolto no fôfo colchão de cautelas com que o avanço precisa ser abordado, ele merece o registro.



Houve uma razoável unanimidade de pontos de vista entre os 14 participantes anfitriões pelo secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar, todos eles recheados de credenciais para o debate — do diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, ao ex-primeiro-ministro alemão Helmut Schmidt, do presidente do grupo American Express, James D. Robinson III, ao ex-ministro da Fazenda do Brasil Luiz Carlos Bresser Pereira, sem esquecer o papa da perestroika econômica soviética, Abel Aganbegyan. Em linhas gerais, o grupo de notáveis — que, diga-se de passagem, incluía três banqueiros importantes, além de Robinson — concluiu que a dívida externa é problema virtualmente resolvido do ponto de vista dos bancos, excetuadas algumas instituições americanas: eles se dispõem claramente a pagar um preço pelo encaminhamento da questão da dívida e, entre outras providências, já reservaram sólidas provisões de fundos para perdas dela decorrentes. O risco de uma crise financeira mundial estaria, por esse lado, afastado.

De outro, porém, o problema dos países devedores não se resolveu — ao contrário, piorou, com as previsíveis consequências sociais e políticas. Os países credores, por seu turno, continuam a ver suas economias como um todo afetadas — estima-se que a crise da dívida os faz deixar de exportar mais de 30 bilhões de dólares por ano, embora o efeito negativo desse impacto esteja sendo disfarçado pelo déficit dos Estados Unidos. Para os principais países devedores, as consequências nefastas dessa situação derivam basicamente da brutal transferência real de recursos imposta pelo serviço da dívida, fator de perigosa estagnação.

A redução do processo de transferência real de recursos por empréstimos de bancos — o chamado “dinheiro novo” — não foi considerada viável, sem contar os participantes do encontro que, como o ex-ministro Bresser Pereira, a consideraram também não desejável. Sobre, como alternativa, a redução da dívida que, considerados apenas os 15 maiores devedores em desenvolvimento, chega a 260 bilhões de dólares. O sistema de redução voluntário, via mercado (em curso principalmente em países como o Brasil e o Chile), foi de forma mais ou menos generalizada recusado como solução real, não paliativa para problema dessa magnitude.

Sobrou, então, aquele que foi o ponto-chave do encontro: a idéia de uma solução global e multilateral,

obtida por meio da criação de uma autoridade internacional, produto de uma espécie de *joint-venture* entre o FMI e o Banco Mundial, que trocaria a dívida dos países devedores por títulos de sua emissão, com desconto. Os bancos, considerou-se no encontro de Nova Iorque, caminham para uma aceitação sem maiores problemas de um arranjo desse tipo. Apesar de serem obrigados a lançar na coluna do vermelho os descontos que concederiam nos títulos a serem transferidos, contariam com algo que não têm hoje: a garantia de receber.

A *joint-venture*, nesses termos, seguiria mais ou menos as linhas da proposta feita em janeiro para a criação do “Instituto Internacional de Dívida e Desenvolvimento”, por James D. Robinson III, do American Express, cujo capital giraria em torno de 20 bilhões de dólares, a longo prazo. Cada país devedor, entre os principais, teria feito ajuste interno de sua economia para habilitar-se à redução, que seria precedida de um estudo sobre o valor de mercado dos títulos de sua dívida. Estes seriam “comprados” com desconto, passando a instituição multilateral a ser credora do país em causa. O desconto obtido junto aos bancos seria em parte repassado ao país devedor, e em parte destinado a capitalizar a instituição, para fortalecê-la e permitir o prosseguimento do processo. Como o desconto médio giraria em torno de 50%, Robinson acredita que a instituição, apoiada pelos governos dos países credores, teria condições de garantir aos bancos os 130 bilhões de dólares a que seriam reduzidas, efetivamente, as dívidas dos 15 principais devedores.

Até aí muito bem — até o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, concordou em linhas gerais com a idéia, no encontro de Nova Iorque. E lembrou que, quando falou em redução da dívida na assembléia do FMI, há um ano, em Washington, “disseram que se tratava de uma obscenidade”. Hoje, lembrou, “não é mais uma idéia pornográfica”. Mas tanto Camdessus como as demais personalidades recebidas por Pérez de Cuellar lembraram que, para tal esquema dar certo, é necessário uma liderança política forte disposta a impulsioná-lo.

Bresser Pereira, por sua vez — omitindo cavalheirescamente o fato de que a primeira autoridade econômica a levantar a questão do desconto da dívida a nível internacional foi ele próprio, quando ministro, há um ano —, achou oportuno lembrar que tanto o próprio Camdessus como o presidente do Banco Mundial, Barber Conable, ali representado pelo vice-presidente executivo, o paquistanês Moeen Qureshi, tinham um peso político específico para fazer a proposta caminhar, e que igualmente Pérez de Cuellar, que convocou a reunião, poderia ter um papel importante em sua viabilização. O ex-primeiro-ministro alemão Helmut Schmidt, um dos magos da prosperidade da Europa da CEE, lembrou, brincando, que o papel de Pérez de Cuellar seria tanto mais eficaz quanto mais ele tiver sucesso na difícil mediação do processo de paz entre o Irã e o Iraque.

Tudo isso significa que começa a haver algum consenso em torno de uma idéia que, há não muitos meses atrás, parecia coisa de lunático. Para os interessados na questão da dívida — alô, alô, governo brasileiro —, seria bom ir abertos a novidades na próxima reunião conjunta do FMI e do Banco Mundial, em Berlim Ocidental, dentro de três semanas. Não seria absurdo imaginar que o assunto surja ali.